

## **Daniel Brajal Veiga**

Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Escola Paulista de Direito. Graduado em Direito pela PUC-SP. Advogado, Professor, Árbitro e Administrador Judicial. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

# **TUTELAS DE URGÊNCIA NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**

PREFÁCIO

DANIEL CARNIO COSTA

**EDC**   
EDITORA DIREITO  
CONTEMPORÂNEO

## Editora Direito Contemporâneo

<b>Sócios fundadores</b>	Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
<b>Diretor Comercial</b>	Rafael Arruda Alvim Pinto
<b>Diretor de conteúdo</b>	Felipe Toledo Moreira
<b>Editora</b>	Cristiane Faria
<b>Revisão</b>	Know-how Editorial
<b>Produção gráfica</b>	Microart Design Editorial
<b>Impressão e encadernação</b>	Edições Loyola

© desta edição [2023]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 30.08.2023

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Veiga, Daniel Brajal

Tutelas de urgência na recuperação de empresas / Daniel Brajal Veiga.

-- 1. ed. -- Curitiba, PR : Editora Direito Contemporâneo, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85269-03-2

1. Direito empresarial - Brasil 2. Falência - Leis e legislação - Brasil 3. Recuperação judicial de empresas - Brasil 4. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação - Brasil 5. Tutela de urgência - Leis e legislação - Brasil I. Título.

23-169559

CDU-347.736(81)

### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recuperação judicial : Empresas : Direito 347.736(81)  
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>7</b>
<b>Prefácio</b> .....	<b>9</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>19</b>
<b>1. Introdução ao tema</b> .....	<b>21</b>
1.1 A adequada aplicação do direito processual civil.....	21
1.2 A filtragem constitucional do direito processual civil .....	23
1.3 A tutela jurisdicional como eixo metodológico do direito proces- sual civil .....	26
1.4 Breve histórico sobre a tutela cautelar e a tutela antecipada.....	28
1.5 Jurisdição e tutela provisória .....	32
1.6 As tutelas provisórias e a Lei 11.101/2005 .....	34
1.7 A simbiose entre a Lei 11.101/2005 e o CPC .....	35
1.8 Os três princípios indispensáveis à aplicação das tutelas provisórias .	37
1.8.1 O princípio da inafastabilidade do controle da jurisdição	37
1.8.2 O princípio da efetividade .....	40
1.8.3 O princípio da razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade processual.....	45
<b>2. As tutelas provisórias</b> .....	<b>51</b>
2.1 Introdução .....	51
2.2 Conceito e estrutura jurídica das tutelas provisórias .....	51

**14 Tutelas de urgência na recuperação de empresas**

2.3	Disposições gerais sobre a tutela provisória .....	52
2.4	Disposições gerais sobre as tutelas de urgência .....	56
2.5	A tutela antecipada antecedente .....	63
2.6	A tutela cautelar antecedente .....	66
2.7	A tutela da evidência.....	68
2.8	A tutela provisória e o recurso de apelação.....	71
2.9	Cumprimento provisório <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i> .....	73
2.10	Restrições às tutelas provisórias .....	77
<b>3.</b>	<b>A tutela provisória do art. 6º, § 12, da Lei 11.101/2005 .....</b>	<b>81</b>
3.1	Introdução .....	81
3.2	Tutelas típicas e tutelas atípicas .....	82
3.3	As tutelas de urgência no âmbito da insolvência .....	83
3.4	O objeto da tutela prevista no art. 6º, § 12, da Lei 11.101/2005...	85
3.5	Os requisitos da tutela de urgência na recuperação judicial.....	88
3.5.1	O <i>fumus boni iuris</i> da tutela do art. 6º, § 12, da Lei 11.101/2005.....	89
3.5.2	O <i>periculum in mora</i> da tutela do art. 6º, § 12, da Lei 11.101/2005.....	92
3.4	Hipóteses de cabimento .....	94
3.5	Competência para a tutela de urgência .....	95
3.6	Tutela de urgência incidental e antecedente.....	96
3.7	Procedimento .....	98
3.8	A caução .....	99
3.9	A irreversibilidade dos efeitos da decisão .....	102
3.10	Deferimento liminar ou após justificação prévia .....	103
3.11	Incompatibilidade da estabilização da tutela de urgência .....	105
3.12	Os efeitos da tutela de urgência, sua natureza e seu alcance .....	107
3.13	Prazo de duração das tutelas de urgência .....	110

3.14 A revogação ou modificação das tutelas de urgência .....	112
3.15 A fundamentação das decisões sobre tutelas provisórias .....	114
3.16 O cumprimento da tutela provisória .....	115
3.17 A impugnação ao cumprimento da tutela provisória .....	118
3.18 O recurso contra as tutelas provisórias .....	119
3.19 A responsabilização pelas tutelas provisórias .....	122
3.20 Tutela contra o ato ilícito .....	123
3.21 Prioridade na análise dos pedidos de tutela provisória .....	125
<b>4. A tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005 .....</b>	<b>127</b>
4.1 Introdução .....	127
4.2 Características da tutela cautelar .....	132
4.2.1 Instrumentalidade .....	133
4.2.2 Provisoriedade .....	134
4.2.3 Revogabilidade .....	136
4.2.4 Referibilidade .....	137
4.3 A tutela provisória do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005 .....	139
4.4 A natureza da tutela prevista no art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005 e o seu alcance .....	141
4.5 As ações que devem, ou melhor, podem ser suspensas .....	144
4.6 Breves palavras sobre a mediação e a conciliação .....	146
4.7 Os requisitos da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005 .....	152
4.7.1 O <i>fumus boni iuris</i> da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005 .....	153
4.7.2 O <i>periculum in mora</i> da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005 .....	154
4.7.3 O preenchimento dos requisitos legais para uma recuperação judicial .....	155
4.7.4 Prévia instauração de procedimentos de mediação ou conciliação .....	157

## 16 Tutelas de urgência na recuperação de empresas

4.8 Os documentos para demonstrar os requisitos de uma recuperação judicial .....	158
4.9 O polo passivo da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005.....	161
4.10 A competência para conhecimento da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005.....	165
4.11 O prazo de suspensão de 60 (sessenta) dias.....	166
4.12 A petição inicial da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005.....	171
4.13 O prazo para oferecimento da petição inicial da recuperação judicial.....	173
4.14 A fungibilidade entre a tutela cautelar e a tutela antecipada .....	175
4.15 Citação, contestação e presunção de veracidade .....	177
4.16 Pedido cautelar formulado na inicial do pedido de recuperação judicial .....	180
4.17 Aditamento da causa de pedir .....	182
4.18 Intimação para fins de conciliação ou mediação .....	183
4.19 Cessação da eficácia da cautelar .....	184
4.20 Consequências da cessação da eficácia da tutela cautelar .....	186
4.21 O indeferimento da tutela cautelar do art. 20-B, § 1º, da Lei 11.101/2005.....	187
4.22 A revogação e modificação da tutela cautelar .....	189
4.23 O recurso contra o indeferimento, revogação ou modificação da tutela cautelar .....	191
4.24 A cautelar e os demais incisos do art. 20-B da Lei 11.101/2005....	193
4.25 A participação do administrador judicial nos procedimentos de mediação ou conciliação.....	195
4.26 A homologação do acordo obtido entre devedora e os credores ...	201
4.27 Reconstituição dos créditos na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial requerida em até 360 dias.....	203

<b>5. O dever-poder geral do magistrado e a Lei 11.101/2005 .....</b>	<b>205</b>
5.1 Breves considerações sobre a nomenclatura utilizada .....	205
5.2 Introdução .....	206
5.3 A ideia de um <i>dever-poder</i> geral .....	208
5.4 Fundamentos do dever-poder geral .....	211
5.5 Tutela cautelar e tutela antecipada perante o dever-poder geral ....	212
5.6 A efetividade do processo civil em favor da Lei 11.101/2005 .....	218
5.7 O art. 139, IV, do CPC .....	221
5.8 O art. 297 do CPC .....	224
5.9 O art. 301 do CPC .....	225
5.10 O conteúdo do dever-poder geral .....	227
5.11 Os critérios a serem observados na aplicação das cláusulas abertas do dever-poder geral do magistrado .....	229
5.12 Normas de fechamento do sistema .....	231
5.13 Medidas conservativas e satisfativas via dever-poder geral do ma- gistrado .....	232
5.14 A execução do dever-poder geral .....	233
<b>Conclusão: tutelas de urgência a serviço da Lei 11.101/2005 .....</b>	<b>235</b>
<b>Referências .....</b>	<b>237</b>